

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ANUAL DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011



MINISTÉRIO DAS CIDADES



**PLANO PLURIANUAL
2008-2011**

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Ministério das Cidades

EXERCÍCIO 2012

ANO BASE 2011

Brasília

2012

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	4
SUMÁRIO EXECUTIVO	5
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS	10
Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	11
Fortalecimento da Gestão Urbana.....	20
Habitação de Interesse Social	24
Habitação de Mercado	27
Mobilidade Urbana	30
Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H.....	34
Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais	36
Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos.....	39
Serviços Urbanos de Água e Esgoto	42
Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários	48

APRESENTAÇÃO

A fim de cumprir o disposto no art. 19º da Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008, e o Decreto nº 6601, de 10 de outubro de 2008, que trata do modelo de gestão do Plano Plurianual 2008-2011, coube aos órgãos do Governo Federal elaborarem a avaliação dos Objetivos Setoriais e dos Programas sob sua responsabilidade. O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com gerentes dos programas e equipes técnicas no âmbito dos órgãos responsáveis por programas de Governo, que são integrantes das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA), das Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs) e das Secretarias Executivas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Órgão: 56000 - Ministério das Cidades (MCidades)

Em 2011, do total previsto para o **Ministério das Cidades**, foram utilizados **R\$ 110.273.708.675,32** (orçamentário e não orçamentário) para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 22.252.255.913,00	Empenho Liquidado:	R\$ 2.395.705.601,28
Estatais	Pago Estatais:	R\$ 0,00
Não Orçamentário	Empenho Liquidado:	R\$ 107.878.003.074,04
	Total:	R\$ 110.273.708.675,32

* Inclui todas as ações executadas por unidades orçamentárias do órgão, independentemente do órgão do programa. * Empenho liquidado (excluída a liquidação forçada das ações orçamentárias).

Além disso, do total de **R\$ 10.614.183.096,78** inscritos em restos a pagar orçamentários, relativo ao exercício de 2011, foram executados **R\$ 5.917.234.368,01**, ou seja, **55,75%**.

Programas sob a responsabilidade do MCidades

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2011		
		Previsto	Realizado*	%
Finalístico	0122 Serviços Urbanos de Água e Esgoto	2.466.303.080,00	498.163.011,05	20,20
	0660 Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos	200.733.353,00	144.977.796,68	72,22
	0810 Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H	1.000.000,00	3.176,50	0,32
	1128 Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários	2.047.805.249,00	153.449.326,91	7,49
	1137 Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais	1.350.000,00	280.412,03	20,77
	1295 Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	1.284.918.290,00	965.349.571,87	75,13
	9989 Mobilidade Urbana	650.136.341,00	146.527,06	0,02
	9991 Habitação de Interesse Social	285.673.333,00	12.618.266,02	4,42
Finalístico (total)		6.937.919.646,00	1.774.988.088,12	25,58
Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	0310 Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	2.431.725.088,00	10.025.527,77	0,41
	1136 Fortalecimento da Gestão Urbana	139.159.657,00	1.590.878,27	1,14
Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais (total)		2.570.884.745,00	11.616.406,04	0,45
Total Global		9.508.804.391,00	1.786.604.494,16	18,79

* Valores Executados (liquidado) em 2011 (excluída a liquidação forçada).

* Inclui apenas ações executadas em programas sob a responsabilidade do órgão, independentemente da unidade orçamentária da ação. Os valores totais dos programas 0122 e 1137 somam recursos de ações sob a responsabilidade de outros órgãos.

Principais Resultados

OBJETIVO SETORIAL: Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à universalização.

OBJETIVO SETORIAL: Estimular a melhoria da gestão dos serviços de saneamento pelo apoio a implementação de sistemas de gestão aos prestadores de serviço, elaboração de Planos de Saneamento Locais e disseminação da gestão associada, especialmente Consórcios Públicos.

Em 2011, foram selecionadas seis operações a serem apoiadas com recursos não onerosos, para obras de manejo de águas pluviais na região Serrana do Rio de Janeiro, com investimentos da ordem de R\$ 250,00 milhões. Foram firmados 612 novos termos de compromisso no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, totalizando R\$ 8,85 bilhões, valendo destacar os 110 contratos com ações de esgotamento sanitário e os 76 de manejo de águas pluviais correspondendo a investimentos da ordem de R\$ 2,73 bilhões e R\$ 3,32 bilhões, respectivamente, o que inclui as seis operações selecionadas para a Região Serrana.

Foram selecionadas 134 operações no âmbito do Grupo 3 do PAC 2 para municípios com menos de 50 mil habitantes não pertencentes a Regiões Metropolitanas, a serem apoiadas com recursos onerosos, totalizando investimentos da ordem de R\$ 1,13 bilhões. Destes, 51 referem-se a empreendimentos de abastecimento de água, totalizando R\$ 368,64 milhões, e 83 são de esgotamento sanitário, totalizando R\$ 758,69 milhões. Foram firmados 58 novos contratos, totalizando R\$ 1,83 bilhão. Foram desembolsados (pagos) R\$ 3,05 bilhões (envolvendo contratos firmados no exercício e contratos firmados em anos anteriores), dos quais 91,8% compreendem ações inseridas no PAC.

Importante destacar que a maior parcela das contratações em 2011 com recursos onerosos foi para empreendimentos de esgotamento sanitário, com 45% do total contratado, o que reforça a atuação do Governo Federal na melhoria de serviços de saneamento. Intensificou-se o apoio aos municípios na elaboração dos seus Planos Municipais ou Regionais de Saneamento Básico. Foram realizadas reuniões de capacitação com os 103 proponentes selecionados em 2010, no âmbito do PAC 2, com o objetivo de dar subsídios técnicos aos municípios e consórcios públicos na elaboração de seus respectivos planos. Até dezembro de 2011 foram contratadas 95 propostas para elaboração de planos de saneamento.

OBJETIVO SETORIAL: Ampliar o mercado imobiliário para atendimento às faixas de renda média e média baixa.

OBJETIVO SETORIAL: Implementar a política habitacional visando ampliar o acesso à moradia digna da população de baixa renda nas áreas urbanas e rurais e melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários.

A previsão inicial de recursos no PAC para habitação situava-se na ordem de R\$ 106,3 bilhões, incluindo valores de contrapartida, Financiamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE e Pessoa Física, sendo R\$ 16,9 bilhões em Orçamento Geral da União – OGU e Financiamento ao setor público e respectivas contrapartidas. Dados de 2011 revelam que já foram contratados recursos da ordem de R\$ 19,1 bilhões. Tendo como fonte o OGU são R\$ 10,0 bilhões - FNHIS e PPI -, que somados aos recursos de Financiamento (R\$ 4,9 bilhões) e de Contrapartida (R\$ 4,2 bilhões), superam em 13% a meta inicial. São 3.767 operações ativas e 3.684 contratadas nesta primeira etapa do PAC. Desses, R\$ 9,0 bilhões já foram liberados. A esses se somam R\$ 213,0 bilhões de SBPE e Pessoa Física, que contribuem para superar ainda mais a previsão de recursos realizada em 2007.

Na primeira etapa do PAC utilizando recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS estavam previsto recursos da ordem de R\$ 4,8 bilhões em investimento, sendo que 79% desse já estavam contratados em 2011. De acordo com o último balanço do PAC, são 3.327 contratos de um total de 3.410 propostas ativas, somando R\$ 3,1 bilhões em recursos da União.

Quanto às ações selecionadas nos anos de 2007 e 2008, 19% do valor das operações já estavam concluídos em 2011, 72% dos recursos contratados estão em execução e apenas 9% ainda estão em atividades preliminares à execução. Já da última seleção do PAC 1, realizada em 2009, 0,7% dos recursos estão concluídos, 43,8% estão em execução, havendo um incremento de mais de 20% em relação ao ano anterior.

O Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV 2 foi lançado em 2011 e destacam-se as melhorias nas moradias a serem produzidas para as famílias com renda mensal até R\$ 1.600,00: ampliação da área construída, piso cerâmico em todos os cômodos, azulejo com altura mínima de 1,5 m em todas as paredes do banheiro, cozinha e área de serviço, janelas maiores na sala e nos quartos. No PMCMV 2 está previsto investimento de R\$ 125,7 bilhões que tem como meta a contratação de 2 milhões de unidades habitacionais até dezembro de 2014, sendo que 1,2 milhão serão para as famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00. Estas unidades serão projetadas com possibilidade de adaptação para pessoas com deficiência.

OBJETIVO SETORIAL: Aperfeiçoar a gestão do espaço urbano pela promoção da regularização fundiária de assentamentos informais, requalificação de áreas centrais e prevenção a desastres sócio-ambientais.

Para a elaboração de planos municipais de redução de riscos, de projetos de estabilização de taludes e execução de obras de contenção de encostas foram apoiados 72 municípios. Foram contratadas 121 operações do PAC 2 - Contenção de Encostas envolvendo a execução de obras de contenção de encostas.

Quanto a Regularização Fundiária foram apoiados 17 municípios por meio de celebração de convênios para a implementação de medidas técnicas administrativas e jurídicas necessárias à efetivação da regularização fundiária de assentamentos irregulares urbanos. Em parceria com o Programa Terra Legal, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, foram avaliados 150 municípios e 438 áreas urbanas incidentes em terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária – INCRA, sendo 106 sedes e 332 em vilas, distritos ou povoados, para posterior doação aos municípios. Das áreas analisadas pelo Ministério das Cidades - MCidades, o MDA destinou para 36 municípios 58 áreas para doação, sendo 34 em sedes municipais e 24 em distritos, vilas ou povoados.

OBJETIVO SETORIAL: Promover a capacitação institucional e democratizar o acesso à informação para o planejamento e gestão urbana, e incentivar a implementação do Estatuto da Cidade.

Em Planejamento Urbano, 87% dos municípios com obrigatoriedade de elaboração de Plano Diretor já cumpriram. A maioria também previu instrumentos do Estatuto das Cidades na lei que instituiu o plano. Foram apoiados 176 municípios para realização de ações de reabilitação sendo 35 planos e 141 obras.

Foi elaborado documento sobre o Estatuto da Cidade e apoiado o 11º Congresso da Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM. Foi realizado o encontro Nacional de Tecnologia da Informação e o II Encontro de Tecnologia da Informação para Municípios onde foi lançado o "Brasil em Cidade". Também foi realizado o Seminário Internacional "Dez anos do Estatuto das Cidades" com o objetivo de analisar e discutir questões relacionadas à implementação da política urbana regulamentada pelo Estatuto da Cidade.

OBJETIVO SETORIAL: Formular e implementar a Política e o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e as Políticas Setoriais do Ministério, de forma integrada, com participação da sociedade e entes federados, de acordo com o Estatuto da Cidade.

Na ação Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, foi empenhado R\$ 857.068.980. Esses recursos são oriundos em sua maior parte de emendas parlamentares. Ao longo dos últimos anos foram apoiados milhares de projetos para as mais diversas finalidades, tais como urbanização, construção de casas, abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana. Todavia, a maioria dos recursos alocados visa apoiar estados e municípios na realização de obras de pavimentação e/ou calçamento de vias públicas.

OBJETIVO SETORIAL: Promover a cidadania por meio de acesso aos serviços de transportes públicos e mobilidade urbana e a integração à gestão do Sistema Nacional de Trânsito.

No âmbito da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, em Recife a implantação da Linha Sul, eletrificada, já atingiu avanço físico de 92%. Em Salvador, o trem de subúrbio, entre Calçada e Paripe, deverá encerrar a obras de modernização também em 2012. Em Fortaleza, a Linha Sul apresenta 82% de avanço, com a conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2013. A Linha Oeste, com 97% de progresso alcançado, será concluída em abril de 2012.

No sistema de Porto Alegre, destacam-se os investimentos na expansão da linha São Leopoldo - Novo Hamburgo. Este investimento possui extensão de 9,3 km, atingindo ao final da implantação um total de 43 km de extensão entre Porto Alegre e Novo Hamburgo. Quanto à implantação do Sistema de veículos sobre Trilhos Elevados

(Aeromóvel) na cidade de Porto Alegre a obra encontra-se com execução aproximada de 62% com previsão de término para julho de 2012.

Na área de trânsito foram incorporados 102 municípios ao Sistema Nacional de Trânsito totalizando 1.125 municípios integrados. Foram capacitados 2.000 profissionais envolvidos na área de trânsito em cursos de gestão e legislação de trânsito disponíveis para todas as unidades da federação através da Escola Virtual Denatran.

Foi lançado o "Pacto Nacional pela Redução dos Acidentes no Trânsito - Pacto pela Vida", com o objetivo de mobilizar a sociedade visando atingir a meta de redução do número de óbitos decorrentes de acidentes de trânsito em 50%, até o final de 2020. Foi lançado o PAC 2 - Mobilidade Grandes Cidades disponibilizando R\$ 18 bilhões, sendo R\$ 6 bilhões proveniente do OGU e R\$ 12 bilhões de financiamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS para investir em sistemas estruturantes de transporte público coletivo nas 24 cidades brasileiras com mais de 700 mil habitantes que concentram 39% da população do Brasil. No exercício de 2011 os esforços concentraram-se na seleção e contratação dos empreendimentos e em ações preparatórias, envolvendo o monitoramento e assistência técnica e gerencial dos projetos.

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros

Objetivo

Melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros e transferir a sua gestão para os governos locais.

Público Alvo

População das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre e das cidades de Maceió, João Pessoa e Natal.

Metas Físicas e Financeiras

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Apoio à Implantação do Trecho Barreiro-Calafate-Hospitais do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte- MG - 7J92 (Obra executada/% de execução física)	6,00	0,00	49.000.000,00	0,00
Apoio à Implantação do Trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA - 10SX (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	6,00	7,74	85.000.000,00	20.300.000,00
Apoio à Implantação do Trecho Sul Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE - 10SY (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	12,00	3,79	102.000.000,00	102.000.000,00
(RAP 2010) Apoio à Implantação do Trecho Sul Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE - 10SY (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	0,00	0,00	65.348.812,66	65.348.812,66
Apoio à Modernização do Trecho Calçada-Paripe do Sistema de Trens Urbanos de Salvador-BA - 10SZ (SISTEMA MODERNIZADO/% de execução física)	1,00	0,00	1.000.000,00	0,00
(RAP 2010) Apoio à Modernização do Trecho Calçada-Paripe do Sistema de Trens Urbanos de Salvador-BA - 10SZ (SISTEMA MODERNIZADO/% de execução física)	0,00	21,91	48.800.000,00	25.585.000,00
Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos - 20CW (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	3.108,00	693,00	359.295,00	199.048,48
(RAP 2010) Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos - 20CW (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	135.581,32	71.796,11
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	9.271,00	8.081,00	11.375.538,00	9.312.890,98
(RAP 2010) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	0,00	0,00	916.360,74	904.194,13

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
BENEFICIADA/UNIDADE)				
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (CRIANÇA ATENDIDA/UNIDADE)	379,00	321,00	1.000.493,00	913.022,49
(RAP 2010) Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança atendida/UNIDADE)	0,00	0,00	4.330,46	0,00
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	4.442,00	4.307,00	25.798.812,00	25.109.611,81
(RAP 2010) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	831.640,66	717.845,08
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	1.442,00	1.814,00	1.506.605,00	1.246.279,97
(RAP 2010) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	197.691,28	125.908,51
Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos - 6438 (Empregado capacitado/UNIDADE)	3.277,00	4.587,00	1.800.000,00	872.976,87
(RAP 2010) Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos - 6438 (Empregado capacitado/UNIDADE)	0,00	0,00	354.283,75	314.434,09
Contribuição à Previdência Privada - 0110 (-/-)	0,00	0,00	9.832.841,00	9.615.237,74
Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Transferência do Sistema de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros de Fortaleza - CE - 0B15 (-/-)	0,00	0,00	11.000.000,00	11.000.000,00
Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Transferência do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - 0B14 (-/-)	0,00	0,00	15.980.000,00	15.980.000,00
(RAP 2010) Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Transferência do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - 0B14 (-/-)	0,00	0,00	3.500.000,00	3.500.000,00
Estabelecimento de metodologias para o desenvolvimento das áreas lindeiras dos sistemas de trens - 13UR (Estudo elaborado/%)	100,00	0,00	1.000.000,00	0,00
Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS - 7L64 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	100,00	23,03	220.500.000,00	177.690.986,19
(RAP 2010) Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS - 7L64 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	0,00	0,00	61.161.384,56	57.355.871,06
Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros - 2843 (Passageiro transportado média/dia útil/UNIDADE)	626.344,00	598.694,00	598.638.409,00	548.995.509,93

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
(RAP 2010) Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros - 2843 (Passageiro transportado média/dia útil/UNIDADE)	0,00	0,00	43.571.395,98	36.117.710,27
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	38.505.597,00	27.843.281,26
(RAP 2010) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	8.166.440,03	7.002.029,30
Implantação do Projeto de Eficiência Energética do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS - 10T9 (Projeto executado/% de execução física)	4,00	2,83	50.000,00	0,00
(RAP 2010) Implantação do Projeto de Eficiência Energética do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS - 10T9 (Projeto executado/% de execução física)	0,00	0,00	52.681,95	3.670,31
Implantação do Sistema de Veículos sobre Trilhos Elevados - Aeromóvel - 13US (Sistema Implantado /% de execução física)	100,00	82,35	26.850.000,00	12.694.253,84
Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG - 5176 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	1,00	0,00	1.000.000,00	0,00
Implantação do Trecho Tip-Timbi e Modernização do Trecho Rodoviária-Recife-Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE - 5754 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	14,00	5,67	62.475.000,00	600.483,37
(RAP 2010) Implantação do Trecho Tip-Timbi e Modernização do Trecho Rodoviária-Recife-Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE - 5754 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	0,00	0,00	135.690.705,46	38.530.313,06
Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS - 5174 (SISTEMA MODERNIZADO/% de execução física)	2,00	0,19	40.000,00	0,00
(RAP 2010) Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS - 5174 (SISTEMA MODERNIZADO/% de execução física)	0,00	0,00	2.801.037,73	2.793.142,23
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	750.000,00	185.711,17
(RAP 2010) Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	35.050,28	35.050,28
Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB - 11J9 (Sistema de trem urbano recuperado/% de execução física)	14,00	1,88	3.530.700,00	0,00
(RAP 2010) Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB - 11J9 (Sistema de trem urbano recuperado/% de execução física)	0,00	0,00	332.915,57	272.966,07
Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Maceió - AL - 11JD (Sistema de trem urbano recuperado/% de execução física)	10,00	9,01	12.250.000,00	372.718,97

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
(RAP 2010) Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Maceió - AL - 11JD (-/-)	0,00	0,00	14.382.609,25	6.331.336,20
(RAP 2010) Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Maceió - AL - 11JD (Sistema de trem urbano recuperado/% de execução física)	0,00	0,00	28.397.257,59	4.615.146,65
Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Natal - RN - 11IO (Sistema de trem urbano recuperado/% de execução física)	13,00	1,80	3.675.000,00	417.558,80
(RAP 2010) Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Natal - RN - 11IO (Sistema de trem urbano recuperado/% de execução física)	0,00	0,00	259.049,99	246.198,16
	Previsto		Realizado	
Subtotal LOA + Créditos 2011	1.284.918.290,00		965.349.571,87	
Subtotal RAP 2011	414.939.229,26		249.871.424,17	
Subtotal Não-Orçamentário 2011	0,00		0,00	
TOTAL	1.699.857.519,26		1.215.220.996,04	

Indicadores

Indicador 1				Unidade de Medida	de
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG				MILHAR	
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA		
39.490,00	31/12/2007	-	70.500,00		
Indicador 2				Unidade de Medida	de
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE				MILHAR	
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA		
6.271,00	31/12/2007	-	8.200,00		
Indicador 3				Unidade de Medida	de
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB				MILHAR	
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA		
2.874,00	31/12/2007	-	3.632,00		
Indicador 4				Unidade de Medida	de
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Maceió - AL				MILHAR	

Indicador 4			Unidade de Medida
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Maceió - AL			MILHAR
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA
1.564,00	31/12/2007	-	3.080,00
Indicador 5			Unidade de Medida
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Natal - RN			MILHAR
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA
2.794,00	31/12/2007	-	2.683,00
Indicador 6			Unidade de Medida
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS			MILHAR
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA
44.683,00	31/12/2003	50.980,06	45.621,94
Indicador 7			Unidade de Medida
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE			MILHAR
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA
56.615,00	31/12/2007	-	80.080,00
Indicador 8			Unidade de Medida
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA			MILHAR
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA
3.606,00	31/12/2007	-	60.060,00
Indicador 9			Unidade de Medida
Taxa Ponderada de Transferência da Gestão dos Sistemas de Trens Urbanos			PERCENTAGEM
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA
75,40	31/12/2007	75,40	75,40

Índice apurado em 2011 e avaliação do alcance do índice previsto para 2011

Indicador do Programa (Denominação e unidade de medida)	Índice de Referência		Índice apurado em 2011		Índice previsto para o ano final do PPA (2012)	Alcance do índice previsto para 2012			
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração* (MM/20AA)		A Alta	B Média	C Baixa	D Muito Baixa
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG (MILHAR)	39.490,00	31/12/2007	-	-	70.500,00	-	X	-	-

Fonte: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU/Ministério das Cidades - MCidades

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

Aprovação de recursos para continuidade das obras de Eldorado/Vilarinho, contemplando principalmente a conclusão do estacionamento dos trens em Vilarinho, incluindo sua sinalização, e facilitando as manobras para injeção de mais trens nos horários de picos e reduzir os intervalos entre as composições. Para atender a demanda reprimida, de passageiros a serem transportados, necessitam-se também intervenções, que já vinham sendo negociadas e algumas inclusive propostas para o orçamento da empresa em anos anteriores, para: execução de melhorias operacionais/sinalização e a substituição dos Controles Automáticos de Trens - ATCs (Equipamento do Sistema de Sinalização que vai embarcado no trem) de bordo nos 25 TUEs (Trem Unidade Elétrico), aquisição de equipamentos para conservação das vias, ampliação/melhoria de oficinas e de pêra ferroviária em São Gabriel, incluindo também a aquisição de mais 10 TUEs. Necessita-se também concluir a implantação dos Kits de modernização de freios, agilizando as manobras nos pontos de paradas.

Justificativa:

Faltaram recursos para atender as melhorias operacionais/sinalização necessárias, a substituição dos ATCs de bordo nos 25 TUEs (Trem Unidade Elétrico), aquisição de equipamentos para conservação das vias, ampliação/melhoria de oficinas e de pêra ferroviária em São Gabriel. Não foi aprovada também até o final de 2011 a aquisição de mais 10 TUEs, já proposto pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU desde 2010. Faltou recurso também para implantação dos Kits de modernização de freios, já adquiridos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Grande influência também gerou a paralisação das obras civis de infraestrutura da via permanente e eletrificação do estacionamento de trens e pátio de manobras de Vilarinho (Rabicho de Vilarinho), iniciada em 2009. Não houve evolução física das obras do Rabicho em 2010 e 2011, devido a dificuldades para sua execução com os recursos existentes e as alterações de projetos que se fizeram necessárias, inviabilizando sua continuidade, sendo rescindido o contrato, ficando as obras inacabadas.

Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE (MILHAR)	6.271,00	31/12/2007	-	-	8.200,00	-	-	X	-
--	----------	------------	---	---	----------	---	---	---	---

Fonte: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU/Ministério das Cidades - MCidades

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

Concluir as obras civis do trecho em superfície, principalmente estações de Mondubim e Vila Pery (as estações subterrâneas dependem da conclusão dos serviços de ventilação, ainda não licitados). Concluir a implantação da rede aérea e viabilizar os testes dos 6 TUEs (Trem Unidade Elétrico) já entregues até abril/2012. A meta atual estipulada pelo METROFOR para o início da operação assistida é julho/2012, entre as estações Carlito Benevides e Parangaba. Desta forma espera-se o início da recuperação do índice de passageiros transportados.

Justificativa:

Atrasos nas obras de implantação da Linha Sul, principalmente das Obras Civas, em grande parte devido a cumprimento de exigências do Tribunal de Contas da União - TCU - Acórdãos 3.070/2008 e 2.450/2009, por conta de suspeita de sobrepreço nas obras. Houve atraso também na implantação da rede aérea, principalmente no fornecimento de postes devido a problemas de negociações entre a METROFOR e as empresas ADTRANZ e SIEMENS. Atraso na entrega dos TUEs (Trem Unidade Elétrico) de responsabilidade do Governo do Estado, das 20 unidades só 2 tinham sido entregues até 2011, sem testes dinâmicos. A circulação de trens neste trecho está interrompida desde maio/2009, devido a interferências com as obras.

Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB (MILHAR)	2.874,00	31/12/2007	-	-	3.632,00	-	X	-	-
--	----------	------------	---	---	----------	---	---	---	---

Fonte: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU/Ministério das Cidades - MCidades

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

São necessários mais recursos para a efetiva recuperação do sistema. Preferencialmente aprovação de recursos para Modernização deste sistema com a implantação do sistema de Veículos Leves sobre Trilhos - VLTs, conforme propostas orçamentárias da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU elaboradas nos últimos anos.

Justificativa:

Recursos disponibilizados foram insuficientes para a recuperação do sistema, foram utilizados praticamente para manter o sistema em funcionamento. Para o período de 2008-2011 foi proposto o valor total de R\$ 59.787.000,00 e foram liberados apenas R\$ 8.867.000,00.

Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Maceió - AL (MILHAR)	1.564,00	31/12/2007	-	-	3.080,00	-	-	X	-
---	----------	------------	---	---	----------	---	---	---	---

Fonte: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU/Ministério das Cidades - MCidades

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

Com o término das reconstruções do trecho de Utinga a Lourenço de Albuquerque e das estações de Gustavo Paiva e Lourenço de Albuquerque, previstas para o segundo semestre de 2012, volta-se a operar em todo o sistema e em todas as estações, recuperando muitos passageiros perdidos neste período. Com os recursos que passaram a ser liberados para a Modernização deste sistema a partir do segundo semestre de 2009, com a implantação total do sistema de Veículos Leves sobre Trilhos - VLTs, prevê-se capacitar o sistema a atender aproximadamente 40 mil passageiros/dia, desta forma espera-se já em 2012 atingir os índices previstos com um maior número de viagens, com a redução do intervalo entre elas.

Justificativa:

Devido a destruição causada pelas chuvas de junho/2010, parte da ferrovia foi destruída compreendendo o trecho de Utinga a Lourenço de Albuquerque, deixando 4 estações inoperantes, as estações de Gustavo Paiva e Lourenço de Albuquerque foram destruídas, ficando com uma composição retida na estação de Rio Largo, estação com maior fluxo de passageiros destas inoperantes. Para o período de 2008-2011 foi proposto o valor total de R\$ 196.458.000,00 e foram liberados R\$ 109.016.000,00 (incluso o Crédito Extraordinário de R\$ 15.200.000,00). O primeiro Veículo Leve sobre Trilhos - VLT começou a operar em out/2011 e foram entregues mais duas unidades até o final de 2011.

Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Natal - RN (MILHAR)	2.794,00	31/12/2007	-	-	2.683,00	-	X	-	-
--	----------	------------	---	---	----------	---	---	---	---

Fonte: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU/Ministério das Cidades - MCidades

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

São necessários mais recursos para a efetiva recuperação do sistema. Preferencialmente aprovação de recursos para Modernização deste sistema com a implantação do sistema de Veículos Leves sobre Trilhos - VLTs, conforme propostas orçamentárias da CBTU elaboradas nos últimos anos.

Justificativa:

Recursos disponibilizados foram insuficientes para a recuperação do sistema, foram utilizados praticamente para manter o sistema em funcionamento. Para o período de 2008-2011 foi proposto o valor total de R\$ 67.394.000,00 e foram liberados apenas R\$ 8.505.000,00.

Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS (MILHAR)	44.683,00	31/12/2003	50.980,06	12/2011	45.621,94	X	-	-	-
---	-----------	------------	-----------	---------	-----------	---	---	---	---

Fonte: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.Trensurb/Ministério das Cidades - MCidades

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento facultativo para marcação no item 'alta')

Justificativa:

Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE (MILHAR)	56.615,00	31/12/2007	-	-	80.080,00	X	-	-	-
---	-----------	------------	---	---	-----------	---	---	---	---

Fonte: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU/Ministério das Cidades - MCidades

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento facultativo para marcação no item 'alta')

Concluir os novos cálculos dos itens questionados de sobrepreço nas obras de modernização de Cajueiro Seco/Cabo, para retomada normal das mesmas e concluir os serviços até abril/2013. Retomar a construção das pontes deste trecho, após reforço do solo das cabeceiras. Os 7 de Veículos Leves sobre Trilhos - VLTs estão programados para serem entregues até julho/2012, já foram entregues 3 em 2011. Resolver desapropriações dos terminais, concluir a construção dos 4 restantes e inaugurar os Terminais de Tancredo Neves e Cajueiro Seco, buscando capacitar o sistema a atender o aumento da demanda, com a implantação da integração do trem ao sistema Estrutural Integrado 3 SEI da Região Metropolitana de Recife. Foi autorizada em 2010 a compra de 15 novos TUEs (Trem Unidade Elétrica) para operarem na Linha Sul. O contrato está em andamento com aproximadamente 10% de avanço físico e previsão de entrega do 1º TUE em Janeiro/2013 e o último até dezembro deste ano.

Justificativa:

Atraso nas entregas das obras, ressaltando a modernização da infra e superestrutura do trecho Cajueiro Seco Cabo. Os dois contratos encontram-se com ritmo lento por estarem sob questionamento do Tribunal de Contas da União – TCU. Apesar deste não ter recomendado a paralisação dos serviços, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU decidiu liberar a execução dos itens com indicação de sobrepreço somente após posição do TCU sobre o embargo apresentado, ficando a Secretaria de

Fiscalização de Obras 4 - Secob-4 (uma Unidade Técnica do TCU) responsável pela reavaliação dos cálculos de sobrepreço. A construção das pontes (lotes 1 e 2), estão paralisados, aguardando reforço do solo das cabeceiras. As obras também atrasaram, devido à necessidade de readequação das licitações em curso, ajustando as planilhas de custos aos preços SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil). Houve atraso das licitações e implantação dos Terminais de Integração de Passageiros (6 unidades para Linha Sul, em convênio com o Estado), alguns com paralisações por problemas de desapropriação. Desta forma não estão acontecendo as integrações esperadas, para ampliar atendimento da demanda.

Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA (MILHAR)	3.606,00	31/12/2007	-	-	60.060,00	-	-	-	X
---	----------	------------	---	---	-----------	---	---	---	---

Fonte: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU/Ministério das Cidades - MCidades

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

Cumprir todas as exigências dos acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU, para retomar o ritmo normal das obras e concluir as contratações necessárias ao desenvolvimento do Projeto. Concluir prioritariamente as obras do trecho Lapa/Acesso Norte, para permitir a operação comercial do sistema, nesse trecho, atualmente estimada para o 1º semestre de 2012. Concluir os testes nos TUEs (Trem Unidade Elétrico) e contratar e treinar pessoal especializado para operar o sistema. É preocupante a possibilidade de se obter sucesso na retomada do Tramo II, sem que estejam garantidos os recursos totais necessários para sua complementação nos próximos exercícios. Concluir a montagem da ponte metálica do trecho Calçada/Paripe e liberar o trânsito dos trens em todo o trecho.

Justificativa:

Houve atraso nas entregas das obras, ressaltando a implantação do Tramo I, Lapa até Acesso Norte, com previsão de entrega até junho/2012. As obras do Tramo II, Acesso Norte até Pirajá, com parte da estrutura executada, encontra-se totalmente paralisada. O Projeto do Metrô de Salvador vem sendo auditado permanentemente pelo Tribunal de Contas da União - TCU e pela Controladoria-Geral da União - CGU, sob suspeita de sobrepreço nos contratos de Obras Civis e Sistemas. As exigências dos Acórdãos refletiram em redução do ritmo das obras. A Companhia de Transporte de Salvador - CTS encaminhou ao TCU a atualização do orçamento dos Tramos I e II do Projeto, separadamente para análise. A frota inicial de 6 TUEs (Trem Unidade Elétrico), sob responsabilidade do Estado da Bahia continua aguardando as condições adequadas para início dos testes de aceitação. A CTS espera dar a Ordem de Serviço para a retomada do Tramo II no primeiro semestre de 2012. No trecho Calçada a Paripe, houve atraso na substituição da ponte metálica para reforçar a infra e mesoestrutura. O trânsito de trens na ponte está paralisada.

Taxa Ponderada de Transferência da Gestão dos Sistemas de Trens Urbanos (PERCENTAGEM)	75,40	31/12/2007	75,40	12/2011	75,40	X	-	-	-
---	-------	------------	-------	---------	-------	---	---	---	---

Fonte: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU/Ministério das Cidades - MCidades

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento facultativo para marcação no item 'alta')

Justificativa:

Nota: (*) data de apuração: corresponde a data final do período de coleta de informações que subsidiam o cálculo do índice do indicador. Observe que esta data pode ser distinta daquela relativa à publicação do índice.

Fortalecimento da Gestão Urbana

Objetivo

Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos municípios nas áreas de planejamento, serviços urbanos, gestão territorial e política habitacional.

Público Alvo

Prefeituras municipais.

Metas Físicas e Financeiras

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano - 8872 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	9.000,00	3.706,00	1.000.000,00	866.900,92
(RAP 2010) Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano - 8872 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	0,00	0,00	160.402,44	125.693,06
Apoio à Elaboração de Estudos e Implementação de Projetos de Desenvolvimento Institucional e Operacional e à Estruturação da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico e Revitalização dos Prestadores de Serviços Públicos de Saneamento - 8871 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	1,00	0,00	288.000,00	0,00
(RAP 2010) Apoio à Elaboração de Estudos e Implementação de Projetos de Desenvolvimento Institucional e Operacional e à Estruturação da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico e Revitalização dos Prestadores de Serviços Públicos de Saneamento - 8871 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,30	5.623.164,74	453.978,99
Apoio à Elaboração de Projetos de Saneamento em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 1P95 (Projeto elaborado/UNIDADE)	143,00	0,00	23.621.657,00	0,00
(RAP 2010) Apoio à Elaboração de Projetos de Saneamento em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 1P95 (Projeto elaborado/UNIDADE)	0,00	0,00	5.594.111,00	38.478,41
Apoio à Modernização Institucional dos Municípios para Atuação na Melhoria das Condições do Setor Habitacional no Segmento das Famílias de Baixa Renda - 8873 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	1.100,00	0,00	110.000.000,00	554.230,83
(RAP 2010) Apoio à Modernização Institucional dos Municípios para Atuação na Melhoria das Condições do Setor Habitacional no Segmento das Famílias de	0,00	0,00	1.434.217,65	997.924,44

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Baixa Renda - 8873 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)				
Apoio ao Desenvolvimento Institucional para a Gestão dos Sistemas de Mobilidade Urbana - 2D49 (Gestor público capacitado/UNIDADE)	2.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00
(RAP 2010) Apoio ao Desenvolvimento Institucional para a Gestão dos Sistemas de Mobilidade Urbana - 2D49 (Gestor público capacitado/UNIDADE)	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00
Assistência Técnica para o Planejamento Territorial e a Gestão Urbana Participativa - 8874 (Município beneficiado/UNIDADE)	20,00	29,00	2.750.000,00	69.255,32
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	500.000,00	100.491,20
	Previsto		Realizado	
Subtotal LOA + Créditos 2011	139.159.657,00		1.590.878,27	
Subtotal RAP 2011	13.811.895,83		1.616.074,90	
Subtotal Não-Orçamentário 2011	0,00		0,00	
TOTAL	152.971.552,83		3.206.953,17	

Indicadores

Indicador 1				Unidade de Medida
Número de pessoas capacitadas em planejamento e gestão urbanos				pessoas capacitadas
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA	
10.000,00	31/12/2008	38.306,00	40.000,00	

Indicador 2				Unidade de Medida
Taxa de Municípios beneficiados por Processo de Fortalecimento Institucional realizado pelo Ministério das Cidades para o Desenvolvimento de Instrumentos de Planejamento e Gestão Urbanos				%
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA	
5,00	31/12/2009	13,00	15,00	

Indicador 3				Unidade de Medida
Taxa de Municípios com Cadastros Imobiliários				PERCENTAGEM
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA	
81,50	01/11/2001	97,38	0,00	

Indicador 4				Unidade de Medida
Taxa de Municípios com Planos Diretores Aprovados e Elaborados				PERCENTAGEM
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA	

Indicador 4				Unidade de Medida
Taxa de Municípios com Planos Diretores Aprovados e Elaborados				PERCENTAGEM
55,00	31/12/2006	87,16	100,00	

Índice apurado em 2011 e avaliação do alcance do índice previsto para 2011

Indicador do Programa (Denominação e unidade de medida)	Índice de Referência		Índice apurado em 2011		Índice previsto para o final do PPA (2012)	Alcance do índice previsto para 2012			
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração* (MM/20AA)		A Alta	B Média	C Baixa	D Muito Baixa
Número de pessoas capacitadas em planejamento e gestão urbanos (pessoas capacitadas)	10.000,00	31/12/2008	38.306,00	12/2011	40.000,00	X	-	-	-

Fonte: Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC/Ministério das Cidades - MCidades

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento facultativo para marcação no item 'alta')

Justificativa:

A aferição do índice para o ano de 2011 ficou abaixo do esperado em relação ao desempenho físico do programa. Isso aconteceu devido à defasagem da relação valor/ pessoa capacitada, fazendo com que os recursos da ação destinada à capacitação fossem insuficientes para cumprir a meta estabelecida. Esta relação foi corrigida no orçamento de 2012. No entanto, o desempenho abaixo do esperado em 2011 não significou um baixo desempenho da ação no PPA, visto que nos anos anteriores a meta foi superada em diversas ocasiões, sobretudo devido à celebração de parcerias com instituições de ensino (ProExt/MEC), com a CAIXA e com o Lincoln Institute of Land Police.

Taxa de Municípios beneficiados por Processo de Fortalecimento Institucional realizado pelo Ministério das Cidades para o Desenvolvimento de Instrumentos de Planejamento e Gestão Urbanos (%)	5,00	31/12/2009	13,00	12/2010	15,00	X	-	-	-
--	------	------------	-------	---------	-------	---	---	---	---

Fonte: Ministério das Cidades - MCidades

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento facultativo para marcação no item 'alta')

Solicitação de correção do indicador de "taxa de municípios pactuados" para "taxa de municípios beneficiados", a fim de englobar na aferição, além do apoio direto, ações relativas a estudos técnicos, projetos apoiados e atividades de capacitação destinadas às equipes, gestores e agentes municipais.

Justificativa:

Apesar de o índice final apurado ter sido 13,00, este indicador, do modo como é feita sua apuração, apenas contempla municípios pactuados (via consórcios, contratos e convênios). Da forma como está estruturado, o índice apurado sempre ficará abaixo da meta prevista, visto os recursos escassos destinados para apoio direto aos municípios para fortalecimento da gestão. Por isso, foi solicitada no projeto de revisão dos indicadores a alteração de: "taxa de municípios

pactuados" para "taxa de municípios beneficiados" e, assim, passará a computar estudos técnicos, projetos apoiados e atividades de capacitação destinadas às equipes, gestores e agentes municipais.

Taxa de Municípios com Cadastros Imobiliários (PERCENTAGEM)	81,50	01/11/2001	97,38	05/2010	0,00	X	-	-	-
---	-------	------------	-------	---------	------	---	---	---	---

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento facultativo para marcação no item 'alta')

O Ministério não desenvolve ações de apoio a implementação de cadastro imobiliário, sendo que até o momento as ações se voltaram na construção de legislação federal para estabelecer orientação quanto ao uso do instrumento.

Justificativa:

O indicador é baseado em pesquisa do IBGE que foi realizada no ano de 2009, mas somente foi divulgada em maio de 2010. De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2009, dos 1644 municípios acima de 20.000 habitantes, 1601 possuem cadastro imobiliário. O resultado da apuração do índice de 2011 está previsto para julho de 2012.

Taxa de Municípios com Planos Diretores Aprovados e Elaborados (PERCENTAGEM)	55,00	31/12/2006	87,16	05/2010	100,00	-	X	-	-
--	-------	------------	-------	---------	--------	---	---	---	---

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

Os dados relativos à pesquisa realizada em 2011 ainda não foram publicados, de modo que não foi possível informar o índice atualizado do ano de 2011.

Justificativa:

Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, do IBGE, publicada em 2009, dos 1644 municípios com mais de 20.000 mil habitantes, 1433 declararam ter Plano Diretor. No entanto, os dados relativos à pesquisa realizada em 2011 ainda não foram publicados, de modo que não foi possível informar o índice atualizado do ano de 2011.

Nota: (*) data de apuração: corresponde a data final do período de coleta de informações que subsidiam o cálculo do índice do indicador. Observe que esta data pode ser distinta daquela relativa à publicação do índice.

Habitação de Interesse Social

Objetivo

Ampliar o acesso à terra urbanizada, à moradia digna e promover melhoria da qualidade das habitações da população de baixa renda nas áreas urbana e rural.

Público Alvo

Famílias com renda familiar até 5 salários mínimos.

Metas Físicas e Financeiras

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social - 8875 (Plano apoiado/UNIDADE)	400,00	0,00	20.000.000,00	78.020,69
(RAP 2010) Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social - 8875 (plano elaborado/UNIDADE)	0,00	0,00	19.989.171,90	1.812.218,01
Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social - 10SJ (Família beneficiada/UNIDADE)	70.347,00	536,00	265.673.333,00	12.540.245,33
(RAP 2010) Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social - 10SJ (Família beneficiada/UNIDADE)	0,00	513,00	56.605.209,37	11.611.907,35
Arrendamento Residencial (PAR) - 9483 (Família beneficiada/UNIDADE)	26.665,00	800,00	799.999.999,00	0,00
Financiamento a Pessoas Físicas com Renda até 5 Salários Mínimos para Construção, Reforma ou Aquisição de Imóvel Novo ou Usado (Carta de Crédito) - 9558 (Família beneficiada/UNIDADE)	174.344,00	272.566,00	2.963.835.225,00	16.644.440.687,49
Financiamento a Pessoas Físicas Organizadas em Cooperativas e Associações Populares (Crédito Solidário) - 9560 (Família beneficiada/UNIDADE)	6.667,00	50,00	100.000.000,00	1.500.000,00
Financiamento a Pessoas Jurídicas para Construção Habitacional para Famílias com Renda até 5 Salários Mínimos (Apoio à Produção) - 9561 (Família beneficiada/UNIDADE)	4.741,00	76.050,00	94.840.203,00	4.834.687.324,00
Financiamento ao Poder Público para Provisão Habitacional de Interesse Social (Pró-Moradia) - 9559 (Família beneficiada/UNIDADE)	8.913,00	0,00	178.242.188,00	0,00
	Previsto		Realizado	
Subtotal LOA + Créditos 2011	285.673.333,00		12.618.266,02	
Subtotal RAP 2011	76.594.381,27		13.424.125,36	
Subtotal Não-Orçamentário 2011	4.136.917.615,00		21.480.628.011,49	

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
TOTAL	4.499.185.329,27		21.506.670.402,87	

Indicadores

Indicador 1				Unidade de Medida
Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 3 Salários Mínimos				UNIDADE
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA	
7.136.137,00	31/12/2005	-	4.886.666,00	
Indicador 2				Unidade de Medida
Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 5 Salários Mínimos				UNIDADE
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA	
7.610.299,00	31/12/2005	-	5.211.361,00	

Índice apurado em 2011 e avaliação do alcance do índice previsto para 2011

Indicador do Programa (Denominação e unidade de medida)	Índice de Referência		Índice apurado em 2011		Índice previsto para o final do PPA (2012)	Alcance do índice previsto para 2012			
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração* (MM/20AA)		A Alta	B Média	C Baixa	D Muito Baixa
Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 3 Salários Mínimos (UNIDADE)	7.136.137,00	31/12/2005	-	-	4.886.666,00	X	-	-	-
Fonte: Ministério das Cidades/Fundação João Pinheiro/IPEA com base nos micro dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD									
Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento facultativo para marcação no item 'alta')									
Justificativa:									
O déficit habitacional é calculado com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios - PNAD, aplicando metodologia de apuração desenvolvida pela Fundação João Pinheiro. O último dado divulgado refere-se ao ano de 2009.									
Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 5 Salários	7.610.299,00	31/12/2005	-	-	5.211.361,00	X	-	-	-

Mínimos (UNIDADE)									
----------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Ministério das Cidades/Fundação João Pinheiro/IPEA com base nos micro dados da PNAD

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento facultativo para marcação no item 'alta')

Justificativa:

O déficit habitacional é calculado com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios - PNAD, aplicando metodologia de apuração desenvolvida pela Fundação João Pinheiro. O último dado divulgado refere-se ao ano de 2009.

Nota: (*) data de apuração: corresponde a data final do período de coleta de informações que subsidiam o cálculo do índice do indicador. Observe que esta data pode ser distinta daquela relativa à publicação do índice.

Habitação de Mercado

Objetivo

Ampliar o mercado imobiliário propiciando novas formas de acesso ao financiamento habitacional.

Público Alvo

Famílias com renda superior a 5 salários mínimos.

Metas Físicas e Financeiras

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Antecipação de Recebíveis Imobiliários (Construigi) - 9517 (Financiamento concedido/UNIDADE)	1.900,00	2.072,00	780.000.000,00	1.708.658.820,00
Financiamento a Pessoa Física com Renda acima de 5 Salários Mínimos para Construção, Reforma ou Aquisição de Imóvel Novo ou Usado (Carta de Crédito) - 9570 (Família beneficiada/UNIDADE)	39.516,00	41.987,00	987.945.074,00	3.528.454.710,00
Financiamento a Pessoas Jurídicas para Construção Habitacional para Famílias com Renda acima de 5 Salários Mínimos (Apoio à Produção) - 9572 (Família beneficiada/UNIDADE)	8.851,00	12.442,00	221.293.801,00	1.098.917.250,00
Financiamento Imobiliário Habitacional (SBPE) - 90E8 (Família beneficiada/UNIDADE)	288.568,00	492.908,00	10.100.000.001,00	79.916.892.116,00
Financiamento para Compra de Material de Construção (Construcard) - 9516 (financiamento concedido/UNIDADE)	200.000,00	363.690,00	3.000.000.000,00	4.834.435.675,45
	Previsto		Realizado	
Subtotal LOA + Créditos 2011	0,00		0,00	
Subtotal RAP 2011	0,00		0,00	
Subtotal Não-Orçamentário 2011	15.089.238.876,00		91.087.358.571,45	
TOTAL	15.089.238.876,00		91.087.358.571,45	

Indicadores

Indicador 1			Unidade de Medida
Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda acima de 5 Salários Mínimos			UNIDADE
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA

Indicador 1				Unidade de Medida
Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda acima de 5 Salários Mínimos				UNIDADE
292.400,00	31/12/2005	-	200.229,00	
Indicador 2				Unidade de Medida
Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda acima de 10 Salários Mínimos				UNIDADE
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA	
63.222,00	31/12/2005	-	43.293,00	

Índice apurado em 2011 e avaliação do alcance do índice previsto para 2011

Indicador do Programa (Denominação e unidade de medida)	Índice de Referência		Índice apurado em 2011		Índice previsto para o final do PPA (2012)	Alcance do índice previsto para 2012			
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração* (MM/20AA)		A Alta	B Média	C Baixa	D Muito Baixa
Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda acima de 5 Salários Mínimos (UNIDADE)	292.400,00	31/12/2005	-	-	200.229,00	-	-	-	X

Fonte: Instituto de Pesquisa Aplicada - IPEA/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE com base nos micro dados da PNAD mais recentes disponíveis

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

Justificativa:

O déficit habitacional é calculado com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios - PNAD, aplicando metodologia de apuração desenvolvida pela Fundação João Pinheiro. O último dado divulgado refere-se ao ano de 2009.

Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda acima de 10 Salários Mínimos (UNIDADE)	63.222,00	31/12/2005	-	-	43.293,00	-	-	-	X
--	-----------	------------	---	---	-----------	---	---	---	---

Fonte: Instituto de Pesquisa Aplicada - IPEA/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE com base nos micro dados da PNAD mais recentes disponíveis

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

Justificativa:

O déficit habitacional é calculado com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios - PNAD, aplicando metodologia de apuração desenvolvida pela Fundação João Pinheiro. O último dado divulgado refere-se ao ano de 2009.

Nota: (*) data de apuração: corresponde a data final do período de coleta de informações que subsidiam o cálculo do índice do indicador. Observe que esta data pode ser distinta daquela relativa à publicação do índice.

Mobilidade Urbana

Objetivo

Promover a melhoria da mobilidade urbana, de forma sustentável, favorecendo os deslocamentos não-motorizados e o transporte coletivo, com vistas a reduzir os efeitos negativos da circulação urbana, e contribuindo para a melhoria da prestação de serviços de transporte metro-ferroviários por meio da modernização e expansão dos respectivos sistemas.

Público Alvo

População urbana de municípios com mais de 60 mil habitantes ou integrantes de Regiões Metropolitanas.

Metas Físicas e Financeiras

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Apoio à Ampliação da Malha Metroviária do Distrito Federal - 7Q77 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	12,00	0,00	20.000.000,00	0,00
Apoio à Duplicação da Avenida Protásio Alves na Região Metropolitana de Porto Alegre - RS - 7Q81 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	19,00	0,00	19.102.000,00	0,00
Apoio à Duplicação da Avenida Tancredo Neves em Volta Redonda - RJ - 7Q82 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	8,00	0,00	11.000.000,00	0,00
Apoio à Duplicação do Viaduto da Avenida Tancredo Neves em Aracaju - SE - 7Q83 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	10,00	0,00	13.300.000,00	0,00
Apoio à Elaboração de Projetos de Sistemas Integrados de Transporte Coletivo Urbano - 10SR (Projeto elaborado/UNIDADE)	6,00	0,00	2.100.000,00	0,00
Apoio à Implantação da Alça Sul do Anel Metropolitano - Ligação BR 356 - Aeroporto de Confins - 7R75 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	30,00	0,00	5.000.000,00	0,00
Apoio à Implantação da Avenida Metropolitana em São Luis - MA - 7Q86 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	10,00	0,00	25.000.000,00	0,00
Apoio à Implantação da Linha 4 do Sistema de Trens Urbanos do Rio de Janeiro - Centro do Rio - Barra da Tijuca - RJ - 7H25 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	4,00	0,00	60.000.000,00	0,00
(RAP 2010) Apoio à Implantação da Linha 4 do Sistema de Trens Urbanos do Rio de Janeiro - Centro do Rio - Barra da Tijuca - RJ - 7H25 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	0,00	0,00	19.778.600,00	0,00
Apoio à Implantação da Via de Interligação entre avenidas Max Teixeira e do Futuro em Manaus - AM	8,00	0,00	19.791.067,00	0,00

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
- 7Q76 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)				
Apoio à Implantação da Via Expressa de Interligação entre Avenidas Carlos Cunha e Daniel de La Rouché em São Luis - MA - 7Q87 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	10,00	0,00	25.000.000,00	0,00
Apoio à Implantação da Via Varadouro de Interligação entre Cabedelo e Varadouro em João Pessoa - PB - 7Q88 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	6,00	0,00	6.000.000,00	0,00
Apoio a Implantação de Medidas de Moderação de Tráfego - 2D47 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	29,00	0,00	5.800.000,00	0,00
Apoio à Implantação de Ponte de Interligação entre o Bairro de São Francisco e o Centro Histórico em São Luis - MA - 7Q89 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	16,00	0,00	22.000.000,00	0,00
Apoio à Implantação de Sistema de Veículo Leve Sobre Pneus no Distrito Federal - 7Q78 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	10,00	0,00	20.000.000,00	0,00
Apoio à Implantação de Sistema de Veículo Leve sobre Trilhos na Região Metropolitana de Fortaleza - CE - 7R69 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	4,00	0,00	30.000.000,00	0,00
Apoio à Implantação de Sistema de Veículo Leve Sobre Trilhos no Distrito Federal - 7R03 (TRECHO IMPLANTADO/UNIDADE)	3,00	0,00	14.653.994,00	0,00
Apoio à Modernização do Complexo de Transbordo de Passageiros de Goiânia - GO - 7Q90 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	13,00	0,00	22.889.439,00	0,00
(RAP 2010) Apoio a Projetos de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano - 10SS (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	1,79	35.746.453,00	800.800,00
Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados - 10ST (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	32,00	0,00	9.150.000,00	0,00
(RAP 2010) Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados - 10ST (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	1,00	14.756.290,00	290.870,50
(RAP 2010) Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados - 10ST (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	6.874.800,00	0,00
Apoio a Projetos de Sistemas de Transporte Coletivo Urbano - 10SS (Sistema apoiado/UNIDADE)	24,00	0,00	64.510.203,00	0,00
Apoio à Readequação do Sistema Viário Urbano Articulado pelas Avenidas Gil Martins, José F de Almeida e Industrial em Teresina - PI - 7Q92 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	21,00	0,00	28.335.367,00	0,00
Apoio à Readequação e Ampliação da Avenida Independência na Região Metropolitana de Belém - PA - 7Q93 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	21,00	0,00	21.000.000,00	0,00
Apoio à Readequação e Ampliação do Corredor Porto Velho na Região Metropolitana do Rio De	9,00	0,00	33.000.000,00	0,00

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Janeiro - RJ - 7Q94 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)				
Apoio às Ações de Estruturação do Transporte Coletivo na Região Metropolitana de Recife - PE - 7Q96 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	28,00	0,00	28.804.271,00	0,00
Financiamento à Infra-estrutura da Mobilidade Urbana - PROMOB - 9A37 (Financiamento concedido/UNIDADE)	100,00	0,00	300.000.000,00	0,00
Financiamento de Infra-estrutura de Transporte Coletivo Urbano (Pró-Transporte) - 9930 (financiamento concedido/UNIDADE)	100,00	33,00	4.000.000.000,00	0,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	700.000,00	146.527,06
(RAP 2010) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	10.123,06	0,00
Implantação da Linha 15 - Branca-Vila Prudente-Tiquatira do Sistema de Metro de São Paulo - SP - 7Q98 (TRECHO IMPLANTADO/UNIDADE)	21,00	0,00	56.000.000,00	0,00
Implantação da Linha Celso Garcia-Amador Bueno-Imperador do Sistema de Metro de São Paulo - SP - 7Q99 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	5,00	0,00	57.000.000,00	0,00
Prolongamento da Avenida Radial Leste - Zona Leste - São Paulo - SP - 7R74 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	30,00	0,00	30.000.000,00	0,00
	Previsto		Realizado	
Subtotal LOA + Créditos 2011	650.136.341,00		146.527,06	
Subtotal RAP 2011	77.166.266,06		1.091.670,50	
Subtotal Não-Orçamentário 2011	4.300.000.000,00		0,00	
TOTAL	5.027.302.607,06		1.238.197,56	

Indicadores

Indicador 1				Unidade de Medida	de
Coeficiente de Mobilidade Urbana				viagens dia/habitante	ao
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA		
1,50	01/01/2002	-	2,00		

Índice apurado em 2011 e avaliação do alcance do índice previsto para 2011

Indicador Programa (Denominação e unidade de medida)	Índice de Referência		Índice apurado em 2011		Índice previsto para o final do PPA (2012)	Alcance do índice previsto para 2012			
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração* (MM/20AA)		A Alta	B Média	C Baixa	D Muito Baixa

Coeficiente de Mobilidade Urbana (viagens ao dia/habitante)	1,50	01/01/2002	-	-	2,00	-	-	X	-
---	------	------------	---	---	------	---	---	---	---

Fonte: Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana/Ministério das Cidades

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

Como medida corretiva, no Plano Plurianual - PPA 2012/2015, optou-se pela utilização de parâmetros desenvolvidos pela Associação Nacional de Transportes Públicos - ANTP e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA para aferir aspectos relacionados ao Programa Temático, apesar destes não serem os indicadores mais adequados para medirem a mobilidade urbana.

Justificativa:

O indicador utilizado é o Coeficiente de Mobilidade Urbana (viagens ao dia/habitante), cuja fórmula de cálculo é a relação entre o número de viagens realizadas ao dia e o número de habitantes: viagens ao dia/habitante.

Os indicadores de desempenho relativos à mobilidade urbana são obtidos com levantamentos realizados na região em que se quer aferir utilizando-se pesquisa denominada Origem/Destino, cuja operacionalização é onerosa e bastante complexa. Em virtude disto, este indicador não está sendo efetivamente utilizado no processo de avaliação dos resultados da atuação governamental na área de mobilidade urbana.

Nota: (*) data de apuração: corresponde a data final do período de coleta de informações que subsidiam o cálculo do índice do indicador. Observe que esta data pode ser distinta daquela relativa à publicação do índice.

Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H

Objetivo

Elevar os patamares da qualidade e produtividade da construção civil, por meio da criação e implantação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, contribuindo para ampliar o acesso à moradia para a população de menor renda.

Público Alvo

População de baixa renda (beneficiário final), profissionais, empresas e entidades civis e governamentais, públicas e privadas que compõem a cadeia da construção civil.

Metas Físicas e Financeiras

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Cooperação para Capacitação Profissional e Assistência Técnica à Construção Civil - 8098 (PROJETO IMPLEMENTADO/UNIDADE)	1,00	0,00	300.000,00	0,00
Fomento aos Sistemas de Qualidade e Inovação Tecnológica do Setor da Construção Civil - 8100 (SISTEMA IMPLEMENTADO/UNIDADE)	3,00	0,00	500.000,00	0,00
Fomento aos Sistemas de Qualidade e Inovação Tecnológica do Setor da Construção Civil - 90EQ (SISTEMA IMPLEMENTADO/UNIDADE)	3,00	0,00	200.000.000,00	200.000.000,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	200.000,00	3.176,50
	Previsto		Realizado	
Subtotal LOA + Créditos 2011	1.000.000,00		3.176,50	
Subtotal RAP 2011	0,00		0,00	
Subtotal Não-Orçamentário 2011	200.000.000,00		200.000.000,00	
TOTAL	201.000.000,00		200.003.176,50	

Indicadores

Indicador 1				Unidade de Medida	de
Índice de Qualificação de Materiais e Componentes da Cesta Básica da Construção Civil				porcentagem	
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA		
84,00	01/05/2007	83,00	88,00		
Indicador 2				Unidade de Medida	de
Taxa de Empresas Avaliadas no SiAC				porcentagem (%)	

Indicador 2				Unidade de Medida
Taxa de Empresas Avaliadas no SiAC				porcentagem (%)
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA	
3,40	01/12/2006	9,20	7,30	

Índice apurado em 2011 e avaliação do alcance do índice previsto para 2011

Indicador do Programa (Denominação e unidade de medida)	Índice de Referência		Índice apurado em 2011		Índice previsto para o final do PPA (2012)	Alcance do índice previsto para 2012			
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração* (MM/20AA)		A Alta	B Média	C Baixa	D Muito Baixa
Índice de Qualificação de Materiais e Componentes da Cesta Básica da Construção Civil (porcentagem)	84,00	01/05/2007	83,00	12/2012	88,00	-	X	-	-

Fonte: Banco de Dados do PBQP-H - Lista de PSQs (portal: www.cidades.gov.br/pbqp-h) Entidade setorial de cada produto.

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

Acompanhamento mais próximo dos Programas Setoriais da Qualidade (PSQs) que entraram no Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos - SiMaC desde 2010.

Justificativa:

Desde 2010, houve um acréscimo no número de Programas Setoriais da Qualidade (PSQs) no âmbito do Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos - SiMaC. Esses novos PSQs apresentaram um baixo índice, o que acarretou na queda do índice médio de qualificação de materiais acompanhados pelo SiMaC. Mesmo assim, o índice médio de qualificação de materiais, subiu de 81,34%, em 2010, para 83%, em 2011.

Taxa de Empresas Avaliadas no SiAC (porcentagem (%))	3,40	01/12/2006	9,20	12/2011	7,30	X	-	-	-
--	------	------------	------	---------	------	---	---	---	---

Fonte: Banco de Dados PBQP-H - Lista de empresas avaliadas (portal: www.cidades.gov.br/pbqp-h) Banco de Dados do INMETRO IBGE

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento facultativo para marcação no item 'alta')

Justificativa:

O índice é superior ao previsto para o final do PPA, totalizando 2678 empresas com certificados vigentes no âmbito do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil - SiAC no fim de 2011.

Nota: (*) data de apuração: corresponde a data final do período de coleta de informações que subsidiam o cálculo do índice do indicador. Observe que esta data pode ser distinta daquela relativa à publicação do índice.

Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais

Objetivo

Promover a reabilitação urbana e o adensamento de áreas centrais desocupadas em Capitais e municípios integrantes de Regiões Metropolitanas, de forma a otimizar a infra-estrutura instalada, recuperar o estoque habitacional e a dinâmica econômica.

Público Alvo

População residente ou usuária das áreas urbanas centrais de capitais e municípios integrantes de Regiões Metropolitanas.

Metas Físicas e Financeiras

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Apoio à Elaboração de Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas - 8868 (plano elaborado/UNIDADE)	3,00	1,00	650.000,00	0,00
Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas - 10SB (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	200,00	1,00	200.000,00	0,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	400.000,00	280.412,03
Reabilitação de Bens Culturais e Sítios Históricos Protegidos - 8713 (bem preservado/UNIDADE)	1,00	0,00	100.000,00	0,00
	Previsto		Realizado	
Subtotal LOA + Créditos 2011	1.350.000,00		280.412,03	
Subtotal RAP 2011	0,00		0,00	
Subtotal Não-Orçamentário 2011	0,00		0,00	
TOTAL	1.350.000,00		280.412,03	

*Os valores totais dos somam recursos de ação sob a responsabilidade de outro órgão (ação 8713).

Indicadores

Indicador 1			Unidade de Medida
Taxa de Domicílios Vagos nas Áreas de Intervenção			PERCENTAGEM
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA
11,00	31/12/2003	-	0,00
Indicador 2			Unidade de Medida

Taxa de Municípios pertencentes a Regiões Metropolitanas, RIDEs ou capitais que aderiram à política de Reabilitação de Centros			%
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA
6,26	31/12/2006	62,06	62,63

Índice apurado em 2011 e avaliação do alcance do índice previsto para 2011

Indicador do Programa (Denominação e unidade de medida)	Índice de Referência		Índice apurado em 2011		Índice previsto para o final do PPA (2012)	Alcance do índice previsto para 2012			
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração* (MM/20AA)		A Alta	B Média	C Baixa	D Muito Baixa
Taxa de Domicílios Vagos nas Áreas de Intervenção (PERCENTAGEM)	11,00	31/12/2003	-	-	0,00	-	-	-	X

Fonte: Ministério das Cidades - MCidades

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

É necessário ampliar a abrangência dos estudos para outras localidades do território nacional, bem como garantir a periodicidade no recolhimento destas informações, que será obtida apenas com a sequência nos próximos anos de atualizações das pesquisas empreendidas, sobretudo nos municípios. Nesse sentido, é necessário buscar a integração entre os dados existentes nas diversas unidades da federação sobre o assunto. Para tanto, é necessário destinar recursos para elaboração de metodologia de identificação de imóveis vazios, visando à construção de uma plataforma *on line* a ser alimentada pelos governos locais.

Justificativa:

Apesar do indicador nunca ter sido medido, cabe destacar que, no que tange ao enfrentamento do problema das altas taxas de domicílios vagos em áreas centrais, o Programa de Reabilitação tem buscado construir, junto com Estados e Municípios, estratégias para utilizar imóveis vazios já identificados, deixando-os aptos a receber os investimentos necessários para recolocá-los no mercado e vinculando-os a políticas habitacionais de interesse social.

Taxa de Municípios pertencentes a Regiões Metropolitanas, RIDEs ou capitais que aderiram à política de Reabilitação de Centros (%)	6,26	31/12/2006	62,06	12/2011	62,63	X	-	-	-
--	------	------------	-------	---------	-------	---	---	---	---

Fonte: Ministério das Cidades - MCidades

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento facultativo para marcação no item 'alta')

Justificativa:

Foram apoiados, ao todo, até 2011, 180 municípios com ações de reabilitação (planos, projetos, obras ou capacitação). Apesar dos problemas de execução enfrentados em 2010 (o contingenciamento de 100% dos recursos do programa não permitiu o atingimento da meta física prevista), em 2011 o fortalecimento da estratégia de capacitação permitiu atender mais municípios, ainda que com poucos recursos disponíveis, e atingir a meta determinada

Nota: (*) data de apuração: corresponde a data final do período de coleta de informações que subsidiam o cálculo do índice do indicador. Observe que esta data pode ser distinta daquela relativa à publicação do índice.

Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos

Objetivo

Reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no País.

Público Alvo

Sociedade.

Metas Físicas e Financeiras

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Capacitação de Profissionais do Sistema Nacional de Trânsito - 6622 (PROFISSIONAL CAPACITADO/UNIDADE)	11.970,00	2.034,00	5.850.000,00	0,00
(RAP 2010) Capacitação de Profissionais do Sistema Nacional de Trânsito - 6622 (PROFISSIONAL CAPACITADO/UNIDADE)	0,00	0,00	1.050.941,60	987.516,52
Educação para a Cidadania no Trânsito - 4414 (Projeto elaborado/UNIDADE)	6,00	4,00	6.220.000,00	750.835,27
(RAP 2010) Educação para a Cidadania no Trânsito - 4414 (Projeto elaborado/UNIDADE)	0,00	0,00	1.270.585,62	1.270.253,04
Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento na Área de Trânsito - 4398 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	3,00	1,00	4.700.000,00	0,00
(RAP 2010) Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento na Área de Trânsito - 4398 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	51.300,00	0,00
Fomento a Projetos Destinados à Redução de Acidentes no Trânsito - 8487 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	15,00	0,00	3.200.000,00	0,00
(RAP 2010) Fomento a Projetos Destinados à Redução de Acidentes no Trânsito - 8487 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	176.780.184,74	5.930.702,69
Fortalecimento Institucional dos Órgãos e Entidades do Sistema Nacional de Trânsito - SNT - 8028 (Projeto elaborado/UNIDADE)	3,00	0,00	2.880.000,00	0,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	18.900.000,00	6.404.779,54
(RAP 2010) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	1.552.154,88	1.182.972,41
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	38.920.000,00	24.119.598,66
(RAP 2010) Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	18.656.320,04	17.336.200,38
Sistema de Informações do Sistema Nacional de Trânsito - 4410 (Sistema mantido/UNIDADE)	13,00	0,00	120.063.353,00	113.702.583,21
(RAP 2010) Sistema de Informações do Sistema Nacional de Trânsito - 4410 (Sistema mantido/UNIDADE)	0,00	0,00	8.836.828,48	8.722.254,89

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
	Previsto		Realizado	
Subtotal LOA + Créditos 2011	200.733.353,00		144.977.796,68	
Subtotal RAP 2011	208.198.315,36		35.429.899,93	
Subtotal Não-Orçamentário 2011	0,00		0,00	
TOTAL	408.931.668,36		180.407.696,61	

Indicadores

Indicador 1				Unidade de Medida
Índice de acidentes com vítimas fatais por 10.000 veículos				%
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA	
6,30	31/12/2005	6,30	6,30	

Indicador 2				Unidade de Medida
Índice de acidentes com vítimas por 10.000 veículos				%
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA	
91,10	31/12/2005	67,20	75,00	

Índice apurado em 2011 e avaliação do alcance do índice previsto para 2011

Indicador do Programa (Denominação e unidade de medida)	Índice de Referência		Índice apurado em 2011		Índice previsto para o final do PPA (2012)	Alcance do índice previsto para 2012			
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração* (MM/20AA)		A Alta	B Média	C Baixa	D Muito Baixa
Índice de acidentes com vítimas fatais por 10.000 veículos (%)	6,30	31/12/2005	6,30	12/2010	6,30	X	-	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN/Ministério da Saúde

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento facultativo para marcação no item 'alta')

Justificativa:

Índice de acidentes com vítimas por 10.000 veículos (%)	91,10	31/12/2005	67,20	12/2009	75,00	-	X	-	-
---	-------	------------	-------	---------	-------	---	---	---	---

Fonte: Anuário Estatístico do Departamento Anual de Trânsito - DENATRAN

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média',

'baixa' ou 'muito baixa')

Os dados de acidentes de trânsito com vítima são fornecidos ao Departamento Nacional de Trânsito - Denatran pelos órgãos municipais e estaduais (Detran) de trânsito. Considerando que a maior parte destes órgãos não encaminharam as informações referentes à 2010, estão sendo considerados os dados disponíveis (2009) ficando, assim, prejudicada a avaliação de alcance do índice previsto para 2011. O Denatran viabilizando formas de obtenção desses dados de forma a não depender dos órgãos acima mencionados, bem como a criação de um Observatório Nacional de Trânsito, proposta integrante no PLANO NACIONAL DE ACIDENTES DE TRÂNSITO, assunto que está sendo avaliado pela Casa Civil da Presidência da República.

Justificativa:

Nota: (*) data de apuração: corresponde a data final do período de coleta de informações que subsidiam o cálculo do índice do indicador. Observe que esta data pode ser distinta daquela relativa à publicação do índice.

Serviços Urbanos de Água e Esgoto

Objetivo

Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Público Alvo

População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.

Metas Físicas e Financeiras

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 10S5 (Família beneficiada/UNIDADE)	31.360,00	5.267,00	429.243.911,00	67.572.035,47
Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes - 20AG (Município atendido /UNIDADE)	125,00	128,00	44.665.000,00	294.216,78
(RAP 2010) Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes - 20AG (Município atendido /UNIDADE)	0,00	0,00	39.750.709,13	1.535.499,07
Apoio à Readequação e Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Itabaiana - SE - 7Q95 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	3.200,00	0,00	15.800.000,00	0,00
Apoio a Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 10SC (Família beneficiada/UNIDADE)	185.257,00	91.198,00	461.826.683,00	109.436.695,29
(RAP 2010) Apoio a Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 10SC (Família beneficiada/UNIDADE)	0,00	56.613,00	216.701.864,87	67.932.534,77

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 1N08 (Família beneficiada/UNIDADE)	345.270,00	19.063,29	442.323.353,00	45.751.895,59
(RAP 2010) Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 1N08 (FAMÍLIA BENEFICIADA/UNIDADE)	0,00	44.579,03	380.003.719,40	106.989.664,84
Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano - 20AF (Sistema atendido/UNIDADE)	96,00	52,00	7.437.500,00	1.223.298,12
(RAP 2010) Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano - 20AF (Sistema atendido/UNIDADE)	0,00	0,00	18.966.448,90	3.903.907,14
Financiamento a Concessionários para Projetos de Desenvolvimento Institucional - 9568 (Financiamento concedido/UNIDADE)	102,00	34,82	202.500.000,00	69.130.438,98
Financiamento a Projetos de Saneamento Básico - 90FC (Família beneficiada/UNIDADE)	550.000,00	1.078.057,00	650.000.000,00	1.293.670.626,00
Financiamento a Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos - 90FA (Família beneficiada/UNIDADE)	500.000,00	53.393,00	250.000.000,00	64.071.254,00
Financiamento para a Elaboração de Projetos de Saneamento Ambiental - 9564 (Projeto elaborado/UNIDADE)	98,00	10,29	97.500.000,00	10.294.272,65
Financiamento para Estados, Municípios e Concessionários Estaduais e Municipais para Projetos de Saneamento Ambiental Integrado - 9565 (Família beneficiada/UNIDADE)	25.001,00	1.321,00	300.000.000,00	15.833.678,71
Financiamento para Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água - 9562 (Família beneficiada/UNIDADE)	625.001,00	279.527,00	750.000.000,00	335.433.107,67
Financiamento para Implantação e Ampliação de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários - 9563 (Família beneficiada/UNIDADE)	500.000,00	315.021,00	1.200.000.000,00	756.054.866,65
Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental - 6908 (Município beneficiado/UNIDADE)	1.100,00	46,00	2.400.000,00	528.519,07

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
(RAP 2010) Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental - 6908 (Município beneficiado/UNIDADE)	0,00	0,00	51.625,44	37.943,48
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	2.000.000,00	261.466,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	48.000.000,00	28.763.983,85
(RAP 2010) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	20.453,94	4.280,00
(RAP 2010) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	15.889.347,97	11.832.277,53
Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos - 7652 (Família beneficiada/UNIDADE)	1.519,00	0,00	16.100.000,00	0,00
Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos - 7652 (Família beneficiada/UNIDADE)	10.420,00	869,00	109.700.001,00	516.000,00
(RAP 2010) Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos - 7652 (FAMÍLIA BENEFICIADA/UNIDADE)	0,00	0,00	64.601.043,56	14.659.350,94
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GD (Família beneficiada/UNIDADE)	17.370,00	0,00	29.750.000,00	0,00
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GD (Família beneficiada/UNIDADE)	163.516,00	137.357,00	246.370.153,00	44.029.605,12
(RAP 2010) Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GD (Família beneficiada/UNIDADE)	0,00	0,00	213.421.110,74	26.182.748,80
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GE (Família beneficiada/UNIDADE)	4.217,00	0,00	32.600.000,00	0,00
Implantação e Melhoria de Sistemas	71.806,00	128.759,00	529.493.110,00	155.804.174,01

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GE (Família beneficiada/UNIDADE)				
(RAP 2010) Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GE (Família beneficiada/UNIDADE)	0,00	0,00	21.057.350,35	150.000,00
(RAP 2010) Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GE (Família beneficiada/UNIDADE)	0,00	0,00	345.539.078,48	54.918.081,92
Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas - PRODES - 2905 (Carga poluidora abatida/kg de dbó/dia)	14.036,00	22.500,00	48.593.369,00	43.981.121,75
	Previsto		Realizado	
Subtotal LOA + Créditos 2011	2.466.303.080,00		498.163.011,05	
Subtotal RAP 2011	1.316.002.752,78		288.146.288,49	
Subtotal Não-Orçamentário 2011	3.450.000.000,00		2.544.488.244,66	
TOTAL	7.232.305.832,78		3.330.797.544,20	

*Os valores totais do programa somam recursos de ações sob a responsabilidade de outros órgãos.

Indicadores

Indicador 1				Unidade de Medida
Índice de Esgoto Tratado referido à Água Consumida				PERCENTAGEM
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA	
35,30	31/12/2005	38,70	43,96	
Indicador 2				Unidade de Medida
Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Abastecimento de Água				PERCENTAGEM
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA	
82,30	31/12/2005	92,55	86,00	
Indicador 3				Unidade de Medida
Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Coleta de Esgoto				PERCENTAGEM

Indicador 3				Unidade de Medida
Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Coleta de Esgoto				PERCENTAGEM
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA	
48,20	31/12/2005	80,43	55,00	

Índice apurado em 2011 e avaliação do alcance do índice previsto para 2011

Indicador do Programa (Denominação e unidade de medida)	Índice de Referência		Índice apurado em 2011		Índice previsto para o final do PPA (2012)	Alcance do índice previsto para 2012			
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração* (MM/20AA)		A Alta	B Média	C Baixa	D Muito Baixa
Índice de Esgoto Tratado referido à Água Consumida (PERCENTAGEM)	35,30	31/12/2005	38,70	12/2009	43,96	-	X	-	-

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

O índice de referência de 2005 apresentado pelo Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN não está consistente com o valor da série histórica da Fonte: o Sistema de Informações sobre Saneamento - SNIS. O Índice de Esgoto Tratado referido à Água Consumida em 2005 era de 31,66%. Portanto, houve aumento significativo neste indicador de desempenho do Programa.

Justificativa:

O dado constante no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN, utilizado como índice de referência está equivocado, uma vez que o Sistema de Informações sobre Saneamento - SNIS 2005 que fornece o diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos, referente ao ano de 2005, na parte 1 (Visão Geral da Prestação dos Serviços), pág. 91, informa que esse índice era 31,7% para toda a amostra do SNIS e 25,4% para os prestadores de abrangência local. Assim, o valor do indicador considera o volume de água consumida (portanto, de esgoto gerado) e o total que é tratado. Dessa forma considera-se que o indicador teve boa evolução, uma vez que o volume de água disponibilizada tem se ampliado nos últimos anos. Ou seja, ampliou-se a coleta e o tratamento de esgotos.

Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Abastecimento de Água (PERCENTAGEM)	82,30	31/12/2005	92,55	12/2009	86,00	X	-	-	-
---	-------	------------	-------	---------	-------	---	---	---	---

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento facultativo para marcação no item 'alta')

Justificativa:

Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos	48,20	31/12/2005	80,43	12/2009	55,00	X	-	-	-
--	-------	------------	-------	---------	-------	---	---	---	---

de Coleta de Esgoto (PERCENTAGEM)									
--------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento facultativo para marcação no item 'alta')

Justificativa:

Nota: (*) data de apuração: corresponde a data final do período de coleta de informações que subsidiam o cálculo do índice do indicador. Observe que esta data pode ser distinta daquela relativa à publicação do índice.

Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários

Objetivo

Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários mediante sua urbanização e regularização fundiária, integrando-os ao tecido urbano da cidade.

Público Alvo

Famílias de baixa renda moradoras de assentamentos humanos precários.

Metas Físicas e Financeiras

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
(RAP 2010) Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Assentamentos Precários em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico ou Municípios com mais de 150 mil Habitantes - 10S5 (Família beneficiada/UNIDADE)	0,00	9.067,52	327.746.856,16	116.223.657,15
Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários - 10S6 (Família beneficiada/UNIDADE)	24.993,00	4.286,00	421.827.311,00	47.138.414,74
(RAP 2010) Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários - 10S6 (Família beneficiada/UNIDADE)	0,00	2.098,00	77.503.831,97	23.018.919,71
Apoio à Prevenção e Erradicação de Riscos Ambientais e Sociais - 8865 (Município apoiado/UNIDADE)	77,00	76,00	173.750.000,00	0,00
(RAP 2010) Apoio à Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários - 8865 (Município apoiado/UNIDADE)	0,00	0,00	900.000,00	0,00
Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas (Papel Passado) - 8866 (Família beneficiada/UNIDADE)	32.050,00	0,00	30.246.037,00	0,00
(RAP 2010) Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas (Papel Passado) - 8866 (Família beneficiada/UNIDADE)	0,00	0,00	45.974,41	45.974,41
Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários - 10S3 (Família beneficiada/UNIDADE)	83.766,00	9.371,00	1.420.981.901,00	106.287.054,95
(RAP 2010) Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários - 10S3 (Família beneficiada/UNIDADE)	0,00	43.226,00	889.933.874,64	473.065.543,16
Financiamento a Pessoas Físicas para Aquisição de Material de Construção (Carta	141.134,00	4.817,00	987.945.128,00	81.988.283,00

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
de Crédito) - 9569 (Família beneficiada/UNIDADE)				
Financiamento ao Poder Público para Urbanização de Assentamentos Precários (Pró-Moradia) - 9556 (Família beneficiada/UNIDADE)	37.810,00	0,00	415.898.436,00	0,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	1.000.000,00	23.857,22
(RAP 2010) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	6.545,73	0,00
	Previsto		Realizado	
Subtotal LOA + Créditos 2011	2.047.805.249,00		153.449.326,91	
Subtotal RAP 2011	1.296.137.082,91		612.354.094,43	
Subtotal Não-Orçamentário 2011	1.403.843.564,00		81.988.283,00	
TOTAL	4.747.785.895,91		847.791.704,34	

Indicadores

Indicador 1				Unidade de Medida
Taxa de domicílios em assentamentos subnormais com adensamento excessivo				%
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA	
10,50	31/12/2005	9,86	1,50	
Indicador 2				Unidade de Medida
Taxa de domicílios em assentamentos subnormais nas áreas urbanas				%
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA	
4,20	31/12/2005	4,18	2,23	
Indicador 3				Unidade de Medida
Taxa de domicílios em assentamentos subnormais sem infra-estrutura urbana adequada				%
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA	
31,20	31/12/2005	29,24	16,30	
Indicador 4				Unidade de Medida
Taxa de domicílios urbanos em processos de regularização fundiária ocupados por famílias com renda de até 5 salários mínimos				%
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA	

Indicador 4				Unidade de Medida
Taxa de domicílios urbanos em processos de regularização fundiária ocupados por famílias com renda de até 5 salários mínimos				%
2,24	31/12/2006	-	11,12	

Indicador 5				Unidade de Medida
Taxa de domicílios urbanos com irregularidade fundiária ocupados por famílias com renda até 5 salários mínimos				%
Índice de Referência	Data	Índice Apurado em 2011	Índice Previsto para o final do PPA	
6,00	31/12/2002	-	0,00	

Índice apurado em 2011 e avaliação do alcance do índice previsto para 2011

Indicador do Programa (Denominação e unidade de medida)	Índice de Referência		Índice apurado em 2011		Índice previsto para o final do PPA (2012)	Alcance do índice previsto para 2012			
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração* (MM/20AA)		A Alta	B Média	C Baixa	D Muito Baixa
Taxa de domicílios em assentamentos subnormais com adensamento excessivo (%)	10,50	31/12/2005	9,86	12/2009	1,50	-	-	-	X

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD mais recente

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

É necessária uma reformulação do indicador, uma vez que a utilização de indicadores habitacionais macros não é adequada para se mensurar o impacto do programa visto que outros fatores influenciam a precariedade habitacional, tais como disponibilidade de crédito e produção habitacional, associadas a outros programas, e até conjuntura econômica. Ou seja, não há como isolar um único fator - investimento em urbanização e informar que essa é a causa do decréscimo do déficit. Além disso, o indicador no exercício refere-se à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2009, dado mais recente trabalhado pela Fundação João Pinheiro. Observa-se que os indicadores utilizados para o Programa são extraídos de estudos realizados pela Fundação João Pinheiro que utiliza microdados do censo demográfico de 2000, com atualização posterior baseada nas PNAD, que não se referem ao ano de avaliação do programa. Além disso, a análise dos dados do Censo 2010 pela Fundação João Pinheiro ainda não se encontram disponíveis.

Justificativa:

Taxa de domicílios em assentamentos subnormais nas áreas urbanas (%)	4,20	31/12/2005	4,18	12/2009	2,23	-	-	-	X
--	------	------------	------	---------	------	---	---	---	---

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD mais recente

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

É necessária uma reformulação do indicador, pelos motivos expostos no item anterior. Deve ser considerado, ainda, que o Programa de Urbanização em questão não intervém apenas naqueles assentamentos cadastrados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE como subnormais, e sim, conforme definição de assentamentos precários contida nos normativos do programa e demanda dos tomadores.

Justificativa:

Taxa de domicílios em assentamentos subnormais sem infra-estrutura urbana adequada (%)

31,20

31/12/2005

29,24

12/2009

16,30

-

-

-

X

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD mais recente

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

A discrepância ocorrida para o índice de apuração de 2009 em relação aos anos anteriores deveu-se na metodologia apresentada, que foi a da carência de infraestrutura nos domicílios urbanos duráveis no Brasil, e recalculando-se o mesmo indicador para os Assentamentos Subnormais, o índice apresentado é de aproximadamente 29,24.

Justificativa:

Taxa de domicílios urbanos em processos de regularização fundiária ocupados por famílias com renda de até 5 salários mínimos (%)

2,24

31/12/2006

-

-

11,12

-

-

-

X

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD mais recente (ano 2000)

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

foi proposto a sua substituição por outro indicador.

Justificativa:

De acordo com o Relatório do Grupo de Trabalho para revisão dos indicadores dos programas do MCidades (Portaria 458, de 12 de novembro de 2009), os indicadores definidos no PPA são apurados, porém não por faixa de renda. São eles: Taxa de domicílios urbanos em processo de regularização fundiária ocupados por famílias com renda de até 5 salários mínimos e Taxa de domicílios urbanos com irregularidade fundiária ocupados por famílias com renda até 5 salários mínimos.

A Fundação João Pinheiro, ao apurar o Déficit Habitacional, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/IBGE mensura a quantidade de domicílios com inadequação fundiária, não o faz de forma desagregada por faixa de renda, impedindo sua utilização. Quanto aos indicadores não aferidos, foi proposta a sua substituição pelos indicadores abaixo:

Número de municípios com ações de regularização fundiária; Número de famílias beneficiadas por ações diretas de regularização fundiária com processos iniciados e Domicílios urbanos com irregularidade

fundiária.

Taxa de domicílios urbanos com irregularidade fundiária ocupados por famílias com renda até 5 salários mínimos (%)

6,00

31/12/2002

-

-

0,00

-

-

-

X

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD mais recente

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

foi proposto a sua substituição por outro indicador.

Justificativa:

De acordo com o Relatório do Grupo de Trabalho para revisão dos indicadores dos programas do MCidades (Portaria 458, de 12 de novembro de 2009), os indicadores definidos no PPA são apurados, porém não por faixa de renda. São eles: Taxa de domicílios urbanos em processo de regularização fundiária ocupados por famílias com renda de até 5 salários mínimos e Taxa de domicílios urbanos com irregularidade fundiária ocupados por famílias com renda até 5 salários mínimos.

A Fundação João Pinheiro, ao apurar o Déficit Habitacional, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/IBGE mensura a quantidade de domicílios com inadequação fundiária, não o faz de forma desagregada por faixa de renda, impedindo sua utilização. Quanto aos indicadores não aferidos, foi proposta a sua substituição pelos indicadores abaixo:

Número de municípios com ações de regularização fundiária; Número de famílias beneficiadas por ações diretas de regularização fundiária com processos iniciados e Domicílios urbanos com irregularidade fundiária.

Nota: (*) data de apuração: corresponde a data final do período de coleta de informações que subsidiam o cálculo do índice do indicador. Observe que esta data pode ser distinta daquela relativa à publicação do índice.